

GREEN PAPER: A 2030 framework for climate and Energy policies

A Apetro manifesta o seu reconhecimento da importância deste processo de consulta da CE, de forma a estabelecer um marco para as políticas de energia e clima em 2030.

A nossa Associação realça ainda o seu apoio à Comunicação sobre Política Industrial da CE de Outubro de 2012.

Defendemos a igualdade de tratamento das várias tecnologias. As tecnologias atuais e as emergentes deverão coexistir para garantir uma transição sem sobressaltos, com o auxílio de um quadro regulatório simples, sustentável e estável, que aplique rigorosamente o princípio da neutralidade tecnológica e que evite a sobreposição de normas referentes a energia, clima e eficiência energética. É ainda necessário realizar análises de impacto de todas as medidas e iniciativas legislativas, tendo em conta as especificidades regionais.

O marco de 2030 para as políticas de energia e clima deve ter em conta o papel a desempenhar pelas energias fósseis, na transição para uma economia de baixo teor de carbono, evitando medidas que minem artificialmente a sua competitividade. É importante também avaliar as oportunidades da produção de petróleo e gás de fontes não convencionais, à semelhança do que está a acontecer nos USA e ainda a participação dos biocombustíveis como fonte energética alternativa para transportes, desde que demonstrem ser económica e ambientalmente sustentáveis.

É necessário alcançar um acordo internacional em 2015, com que se comprometam os principais países. Assim evitar-se-iam decisões unilaterais da UE, responsável por menos de 11% das emissões globais, que minem a competitividade da sua indústria em relação à de outros blocos económicos, tendo também consciência da situação económica e financeira da maioria dos países da UE, que é bastante negativa atualmente. Progredir na rota para 2050 de uma forma equilibrada, é essencial para evitar distorções indesejadas na atividade industrial e no emprego da UE.

A Apetro defende a necessidade de reequilibrar os três eixos da política climática e energética:

- Menor dependência e consequente maior segurança do abastecimento da energia, assegurada através da completa implementação do mercado interno da energia atualmente ainda em curso. A contribuição dos recursos internos, incluindo a capacidade de refinação europeia, atuais e potenciais deverão ser tidos cuidadosamente em conta
- Maior competitividade económica das empresas por redução dos seus custos operacionais
- Sustentabilidade através da redução de emissões de GEE, sendo que a manutenção da competitividade europeia na ausência de um compromisso global deverá ser mantida e especialmente cuidada através de mecanismos como o do “carbon leakage”

A Apetro apoia o processo de “fitness check” com vista a avaliar o impacto de todas as medidas legislativas da CE na competitividade da economia e das empresas, realçando a competitividade da Indústria de Refinação para além de 2020 como principal fonte de energia para os transportes. A maioria dos estudos e análises económicas continua a prever um papel muito significativo dos produtos petrolíferos na economia europeia e mundial, bastante após o ano de 2020.

Finalmente a Apetro salienta que os objetivos da política energia-clima devem focar-se na redução das emissões de gases com efeito de estufa, evitando metas setoriais obrigatórias que retirem flexibilidade na procura de soluções, podem provocar distorções e minar a competitividade da economia.

NOTA: A APETRO, Associação Nacional das Empresas Petrolíferas, tem como associados globais a BP Portugal, a Cepsa Portuguesa, a Petrogal e a Repsol Portuguesa e como Associados setoriais a OZ Energia e a Spinerg. As suas Associadas principais fazem parte de empresas internacionais que são associadas da EUROPIA. Daí que as nossas posições estejam completamente alinhadas com os daquela Associação que oportunamente apresentou a sua resposta a esta consulta pública.

1/7/2013